



33
JK

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo nos Embargos de Declaração nº. 0177520-8/01 (N.P.U nº 0003340-55.2010.8.17.0000)

Agravante: Município do Recife

Agravado: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: AGRADO. DECISÃO TERMINATIVA. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. IPTU. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE ANIMUS DOMINI. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. CONSTITUCIONALIDADE. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.

1. Discute-se, no presente, a incidência de IPTU sobre as unidades operacionais do sistema de distribuição de energia elétrica, em virtude da regra de não incidência do imposto, firmada no §3º do art. 155 da Constituição Federal.
2. A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE é concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, diante da outorga concedida pela União através de Decreto de 22 de março de 2000.
3. A Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal é assente no sentido de que o possuidor de imóvel urbano considerado contribuinte do IPTU é aquele que detém a posse decorrente de direito real, exercida com ânimo definitivo (*animus domini*).
4. No caso da CELPE, ela detém a posse dos imóveis utilizados para a prestação do serviço de energia elétrica sem ânimo definitivo, pois, quando findada a concessão outorgada, os bens e instalações reverterão à União, conforme parágrafo único do art. 6º do Decreto que outorgou a concessão: “*Parágrafo único. Findo o prazo da concessão, os bens e instalações vinculados à prestação do serviço concedido reverterão à União, na forma prevista em lei e no Contrato de Concessão.*”
5. Assim, não pode a CELPE ser considerada como contribuinte do IPTU cobrado pelo Município do Recife, já que sendo o imóvel da União, incidente a regra da imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, “a” da Constituição Federal.
6. No julgamento de Recurso Extraordinário, de nº. 581-947, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, “*reconheceu a geração e a transmissão de energia elétrica como serviço público, razão pela qual se autorizam o uso do domínio público necessário à execução do serviço, a*



84
OK

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

promoção de desapropriações e a constituição de servidões de áreas declaradas pelo poder concedente como de utilidade pública. Nessa mesma assentada, reconheceu-se o direito à imunidade recíproca dessas prestadoras de serviço público”.

7. Diante do reconhecimento da imunidade recíproca, desnecessária a análise da correção através do IPCA dos créditos tributários exigidos pelo Município do Recife e cabida a restituição dos valores pagos indevidamente.

8. O Código Tributário Municipal do Recife dispõe que a Taxa de Limpeza Pública é aquela cobrada em razão da coleta e remoção de lixo.

9. A coleta e remoção de lixo é uma atividade específica e divisível, tanto na prestação do serviço pelo Município – pois o ente consegue auferir a quantidade de lixo recolhida a cada contribuinte, com base no tamanho do imóvel -, quanto na fruição, pelo contribuinte.

10. Assim, sendo a Taxa de Limpeza Pública cobrada em razão de uma atividade específica e divisível, é ela um tributo constitucional.

11. A decisão terminativa combatida só merece reparo para nela acrescentar a manutenção da sentença no que toca à constitucionalidade da Taxa de Limpeza Pública, a qual pode ser cobrada pelo Município.

12. Recurso provido parcialmente, para dar parcial provimento ao apelo da CELPE, reformando a sentença monocrática, para reconhecer a imunidade tributária em relação ao IPTU cobrado pelo Município do Recife, concedendo direito à repetição dos valores pagos indevidamente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nos Embargos de Declaração nº. 017750-8/01, sendo partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo Legal e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



85
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo nos Embargos de Declaração nº. 0177520-8/01 (N.P.U nº 0003340-55.2010.8.17.0000)

Agravante: Município do Recife

Agravado: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo proposto pelo Município do Recife em face de Decisão Terminativa proferida nos autos da Apelação, a qual deu provimento ao apelo interposto pela CELPE, para reformar a sentença, declarando a imunidade tributária da concessionária de serviço público.

Os autos principais tratam de ação ordinária proposta pela CELPE em face do Município do Recife, visando:

a) Insubistência dos lançamentos tributários de IPTU e taxas em face da não incidência de IPTU sobre as unidades operacionais do sistema de distribuição de energia elétrica, em virtude da regra de não incidência do imposto, firmada no §3º do art. 155 da Constituição Federal, assim como diante da inconstitucionalidade e da ilegalidade da cobrança das taxas imobiliárias que se acham agregadas à cobrança do IPTU;

b) Declaração de inconstitucionalidade do art. 2º da Lei Municipal nº. 16.607/00 que prevê a correção através do IPCA dos créditos tributários exigidos pelo Município do Recife;

c) Restituição do indébito de parcelas do tributo discutido, no valor de R\$ 79.194,68, acrescido de juros e atualização monetária desde o pagamento até a data da restituição;

Foi proferida sentença pela vara de origem julgando improcedentes os pedidos (fls. 366/369).

A CELPE apelou e foi proferida Decisão Terminativa pelo até então relator, dando provimento ao recurso, no sentido de reconhecer a imunidade constitucional quanto à cobrança de IPTU sobre os bens qualificados na ação originária (fls. 528/532).

Erik de Sousa Dantas Simões



26

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Diante de tal reforma, a CELPE interpôs Embargos de Declaração, que foram acolhidos, através da Decisão Terminativa de fls. 43/45, a qual determinou a inversão dos ônus sucumbenciais, e condenou o Município do Recife ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes no valor de 20% (vinte por cento) do valor da condenação.

O Município propôs, então, o presente Agravo, defendendo que a decisão vergastada não analisou a matéria referente à imposição das Taxas Imobiliárias (igualmente questionadas pela agravante) e em especial a Taxa de Limpeza Pública, objeto de debate e decisão pela legalidade em primeira instância.

Alega a inexistência de imunidade em relação aos imóveis utilizados pela CELPE e em relação às taxas imobiliárias, a constitucionalidade da Taxa de Limpeza Pública e a legalidade do IPCA como índice de atualização monetária.

É o relatório.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



ST
J

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo nos Embargos de Declaração nº. 0177520-8/01 (N.P.U nº 0003340-55.2010.8.17.0000)

Agravante: Município do Recife

Agravado: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO DE MÉRITO

Discute-se, no presente, a incidência de IPTU sobre as unidades operacionais do sistema de distribuição de energia elétrica, em virtude da regra de não incidência do imposto, firmada no §3º do art. 155 da Constituição Federal.

A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE é concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, diante da outorga concedida pela União através de Decreto de 22 de março de 2000.

O art. 6º do referido Decreto dispõe que

“Art. 6º. Os bens e instalações existentes em função do serviço de distribuição de energia elétrica são vinculados aos serviços públicos concedidos, vedada sua alienação, cessão, transferência ou dação em garantia, sem prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

Parágrafo único. Findo o prazo da concessão, os bens e instalações vinculados à prestação do serviço concedido reverterão à União, na forma prevista em lei e no Contrato de Concessão.”

A Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal é assente no sentido de que o possuidor de imóvel urbano considerado contribuinte do IPTU é aquele que detém a posse decorrente de direito real, exercida com ânimo definitivo (*animus domini*).

No caso da CELPE, ela detém a posse dos imóveis utilizados para a prestação do serviço de energia elétrica sem ânimo definitivo, pois, quando findada a concessão outorgada, os bens e instalações reverterão à União, conforme parágrafo único do art. 6º do Decreto supratranscrito.



58
V

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Assim, não pode a CELPE ser considerada como contribuinte do IPTU cobrado pelo Município do Recife, já que sendo o imóvel da União, incidente a regra da imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, "a" da Constituição Federal.

No julgamento de Recurso Extraordinário, de nº. 581-947, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, "*reconheceu a geração e a transmissão de energia elétrica como serviço público, razão pela qual se autorizam o uso do domínio público necessário à execução do serviço, a promoção de desapropriações e a constituição de servidões de áreas declaradas pelo poder concedente como de utilidade pública. Nessa mesma assentada, reconheceu-se o direito à imunidade recíproca dessas prestadoras de serviço público*".

Neste sentido:

EMENTA: AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. IMUNIDADE RECÍPROCA: APLICABILIDADE. PRECEDENTES. AGRADO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (RE 773131 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 17/12/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-026 DIVULG 06-02-2014 PUBLIC 07-02-2014)

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto de acórdão cuja segue transcrita: "CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. IPTU. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. BEM DA UNIÃO. ANIMUS DOMINI. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. ÔNUS PROBANTE AUTORAL. PROVA DA PROPRIEDADE. INEXISTENTE. ARTIGO 333, I, CPC. DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. RECURSO DESPROVIDO. UNANIMIDADE. 1. O objeto material da demanda é o bem supostamente escriturado como público, da União, em situação atual de concessão de uso a pessoa jurídica de direito privado. A classificação dos ditos bens é dada pela dicção do art. 99, do Código Civil, podem ser eles de uso comum, de uso especial e dominicais. A presente espécie segue a segunda classificação, é afetada a uma interesse próprio, dele não podendo se desviar. Incumbe registrar o poder de a administração pública dispor, segundo a lei, desse patrimônio e da inoponibilidade de interesses de terceiros que não exclusivamente o



89
W

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

poder de Estado. Tais elementos permitem entender que nele está presente o animus domini, a emanção da vontade do poder público segundo a conveniência e oportunidade, com albergue em lei. 2. O sujeito passivo da obrigação tributária é o proprietário e, este, é entendido como aquele que tem a reunião dos poderes potestativos em relação à coisa. Esta pessoa, aqui, é a União. A concessão, independente da finalidade, não translada a propriedade, não desafeta o bem público. Pelo contrário, lhe confere serventia especial, esta entendida como imperativo de necessidade pública. 3. Dê que evidenciado o animus domini aplicado à natureza do contribuinte. Bem público, imune. Bem privado, há hipótese de incidência. 4. O princípio que ilumina o presente feito é a Imunidade Recíproca dos entes políticos, extensivamente está compreendida a administração indireta, as concessionárias e permissionárias de serviço público, bem como as partes privadas nas parcerias com o poder público e as empresas públicas que não se encontrem em regime de livre concorrência objetiva com a iniciativa privada e, restritivamente, quanto a bens que sejam objeto do animus domini exclusivamente desses mesmos entes. 5. Inexiste no mundo dos autos figura processual probante da qual se extraia a relação entre a união e a res in quaestio. Sendo impossível conferir o direito acima argumentado ao que fora oportunamente postulado. 6. Há que se recordar a lição da propedêutica da fase cognoscitiva processual, bem como civil, que a prova da propriedade se efetiva, salvo exceções as quais, por seu turno, ratificam o teor das regras, através de registro público. Em outras palavras, escritura pública emanada da serventia cartorária extrajudicial sob firma de tabelião titular ou seus delegatários. A simples simetria entre o número fornecido na peça atrial e o talonário de cobrança do IPTU, em si não remete à propriedade do bem. 7. Recurso desprovido. 8. Unanimidade. No RE, fundado no art. 102, III, a, da Constituição, alegou-se violação aos arts. 145, II e § 2º, 150, VI, a, 155, § 3º e 156, I, da mesma Carta. Argumenta-se, para tanto, que: a) a relação da recorrente com os imóveis tributados é de mera detentora, sem animus domini, não podendo ser, nessa condição, sujeito passivo do IPTU; b) com exceção do ICMS, II e IE, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica e, com isso, não incide IPTU sobre imóvel utilizado no serviço de distribuição de energia elétrica; e c) a propriedade dos imóveis em questão pertencem, em verdade à União, estando acobertados pela imunidade recíproca. A pretensão recursal não merece acolhida. Observo, inicialmente, que os arts. 145, II e § 2º, e 155, § 3º, da Constituição não foram prequestionados. Assim, como tem

BRM



90
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

consignado o Tribunal, por meio da Súmula 282, é inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido. Ademais, não opostos embargos declaratórios para suprir a omissão, é inviável o recurso, nos termos da Súmula 356 do STF. No que se refere aos demais dispositivos prequestionados, melhor sorte não assiste à recorrente. É que a fundamentação adotada parte da premissa de que União detém a propriedade ou o animus domini sobre os imóveis tributados. Ocorre que, para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido, faz-se necessário o exame do conjunto fático-probatório dos autos, bem como a análise de normas infraconstitucionais, o que inviabiliza o extraordinário com base na Súmula 279 do STF ou porque a afronta à Constituição, se ocorrente, seria indireta. Isso posto, nego seguimento ao recurso (CPC, art. 557, caput). Publique-se. Brasília, 21 de maio de 2013. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI- Relator - (STF - ARE: 735060 PE , Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 21/05/2013, Data de Publicação: DJe-098 DIVULG 23/05/2013 PUBLIC 24/05/2013, undefined)

Diante do reconhecimento da imunidade recíproca, desnecessária a análise da correção através do IPCA dos créditos tributários exigidos pelo Município do Recife e cabida a restituição dos valores pagos indevidamente.

Quanto à Taxa de Limpeza Pública (TLP), merece razão o agravante pois a decisão terminativa não apreciou a questão.

A Constituição Federal, ao definir as espécies tributárias, em seu artigo 145, inciso II, define a taxa como a prestação que pode ser cobrada em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição:

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

[assinatura]

(...)



91
B

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

Assim, deve ser analisado se a Taxa de Limpeza Pública é cobrada em razão de serviço público específico e divisível, para averiguar a sua constitucionalidade.

Sabe-se que o Supremo Tribunal Federal entende que a taxa de limpeza de logradouros públicos é inconstitucional, pois o serviço tem caráter universal e indivisível.

O Código Tributário Municipal do Recife dispõe que a TLP é aquela cobrada em razão da coleta e remoção de lixo:

"Art. 62. A Taxa de Limpeza Pública – TLP tem como fato gerador a prestação de serviços municipais de coleta e remoção de lixo".

Entendo que a coleta e remoção de lixo é uma atividade específica e divisível, tanto na prestação do serviço pelo Município – pois o ente consegue auferir a quantidade de lixo recolhida a cada contribuinte, com base no tamanho do imóvel -, quanto na fruição, pelo contribuinte.

Assim, sendo a Taxa de Limpeza Pública cobrada em razão de uma atividade específica e divisível, é ela um tributo constitucional.

Neste sentido, colaciono inúmeros julgados desta Corte de Justiça:

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. COBRANÇA DE IPTU, PELO MUNICÍPIO DO RECIFE, MEDIANTE ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS. INCONSTITUCIONALIDADE. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA (TLP). CONSTITUCIONALIDADE. 1. IPTU: É indiscutível a inconstitucionalidade do regime de alíquotas progressivas estatuído pela Lei Municipal nº 15.563/91.2. Porém, do enunciado da Súmula nº 668 do STF, também se depreende, a contrario sensu, a constitucionalidade da cobrança por alíquotas progressivas a partir da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 29/2000, porquanto expressamente prevista, dali em diante, pelo texto constitucional emendado (CF, art. 156, § 1º, I). 2. texto constitucional CF 156 § 1º I. Considerou-se, pois, na linha de entendimento da Corte

BARK 7



92
44

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Excelsa, que o regime de alíquotas progressivas só é passível de ser legitimamente impldo a partir da edição da Lei Municipal nº 16.933, de 29 de dezembro de 2003, esta editada já sob o pálio da Emenda Constitucional nº 29/2000. 4. Neste caso, é de se reconhecer a inconstitucionalidade da progressividade das alíquotas do IPTU no período reclamado pela autora na Ação Anulatória originária, qual seja, o exercício de 2003. 5. Taxa de Limpeza Pública: na análise concreta dos dispositivos que compõem a moldura da taxa no Município do Recife, não se visualiza qualquer elemento que a associe a prestações de caráter universal, a exemplo de limpeza de logradouros públicos. 5. Com efeito, a taxa em lume tem como fato gerador (CTM, art. 62) "a prestação de serviços municipais de coleta e remoção de lixo", o que constitui atividade específica e divisível, tanto no plano da prestação, pela Municipalidade, quanto na fruição, pelo contribuinte. 6. Reexame necessário parcialmente provido para, reformando a sentença em apreço, julgar improcedente o pedido autoral alusivo à Taxa de Limpeza Pública, prejudicada a apelação do Município do Recife. 7. Apelo do particular parcialmente provido para, reformando a sentença em foco, julgar procedente o pedido anulatório concernente ao IPTU lançado sob o regime de alíquotas progressivas para o exercício de 2003, posto que aplicável, naquele exercício, para o imóvel em tela, a alíquota de 1% (um por cento). 16.93329 (104504920038170001 PE 0010450-49.2003.8.17.0001, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 20/09/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 180)

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. PROGRESSIVIDADE DO IPTU. ILEGALIDADE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE LEI AUTORIZADORA. COBRANÇA DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. BASE DE CÁLCULO. LEGALIDADE. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS A SER SUPORTADA RECIPROCAMENTE. ART. 21 DO CPC. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 21CPC1. O regime de alíquotas progressivas aplica-se apenas aos IPTU's cujos fatos geradores ocorreram a partir do exercício de 2004, restando inexigíveis, desta forma, os créditos calculados sob o regime de alíquotas progressivas impldo pela Lei nº 15.563/91 anteriormente constituídos 2. Vale destacar, ainda, que não se faz possível o pedido de compensação dos valores eventualmente pagos a maior, ante a inexistência de previsão legal neste sentido. 3. A Taxa de Limpeza Pública, por sua

Erik
8



93
pc

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

vez, deve ser analisada sob dois enfoques, a saber, em face dos arts. 145, § 2º, da CF/88 e 77, parágrafo único, do CTN, os quais proíbem que as taxas tenham base de cálculo própria de impostos, e ainda, frente ao art. 145, II, da CF/88, que exige a especificidade e divisibilidade dos serviços onerados por esta espécie tributária. 4. Não verificada, no caso em comento, qualquer transgressão aos comandos estabelecidos nos arts. 145, § 2º, da Carta Magna e 77, parágrafo único, do CTN, posto que, o fato de um dos elementos utilizados na fixação da base de cálculo do IPTU (metragem da área construída do imóvel), ser tomado em conta na determinação da alíquota da TLP, não quer dizer que existe identidade entre as duas bases de cálculo a hipótese dos autos. A cobrança efetuada limitou-se à coleta e remoção do lixo nos moldes expressamente delimitados pela Lei Municipal nº 15.653/91, no seu art. 62. 5. Honorários a serem suportados por ambas as partes nos termos do art. 21 do CPC. 6. Recurso de agravo não provido por unanimidade dos votos. 145§ 2ºCF/8877parágrafo únicoCTN145IICF/88145§ 2ºCarta Magna77parágrafo únicoCTN21CPC (1853474 PE 0014747-87.2012.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 16/08/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 155)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OCORRÊNCIA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DO RECIFE. ESPECIFICIDADE E DIVISIBILIDADE. EMBARGOS ACOLHIDOS. Se a Taxa de Limpeza Pública, for cobrada não apenas em razão da coleta domiciliar de lixo, mas também para fins de limpeza dos logradouros públicos, é indevida a sua cobrança, nos termos do posicionamento do STF, isto em face do conceito de fato gerador das taxas, conforme o Código Tributário Nacional, que exige a especificidade e a divisibilidade do serviço público que dê ensejo à cobrança do referido tributo. No caso do Município Embargante, a Lei 15.653/91 (Código Tributário Municipal) no seu art. 62, cinge a TLP à coleta e remoção de lixo, razão pela qual sua cobrança mostra-se constitucional. Art. 62 - A Taxa de Limpeza Pública - TLP tem como fato gerador a prestação de serviços municipais de coleta e remoção de lixo. Desse modo, observa-se que o sobredito dispositivo coaduna-se com o orientação jurisprudencial do STF alhures mencionada, razão pela qual, neste aspecto, é de se modificar o acórdão embargado para reconhecer a constitucionalidade do referido dispositivo. Embargos acolhidos.

Decisão
[Assinatura]



94
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

unânime. Código Tributário Nacional (66416 PE 0066416003, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 29/09/2009, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 189)

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. INCIDÊNCIA EXCLUSIVAMENTE SOBRE A COLETA DE LIXO DOMICILIAR. SERVIÇO ESPECÍFICO E DIVISÍVEL. CONSTITUCIONALIDADE. ALÍQUOTA FIXADA COM BASE NA ÁREA DO IMÓVEL. PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. LEGALIDADE. 1. O Código Tributário do Município do Recife, Lei nº 15.653/91, no seu art. 62, restringe a TLP à coleta e remoção de lixo domiciliar, razão pela qual sua cobrança mostra-se constitucional. 2. Para o fim de aferir, em cada caso concreto, a alíquota, utiliza-se a metragem da área construída do imóvel, certo que a alíquota não se confunde com a base impositiva do tributo. 3. Forma de realização da isonomia tributária e do princípio da capacidade contributiva. 4. Reexame necessário provido unanimemente, invertido o ônus de sucumbência, prejudicado o apelo. (186288 PE 01160823020048170001, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 27/08/2009, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 101)

Pelo exposto, entendo que a decisão terminativa combatida só merece reparo para nela acrescentar a manutenção da sentença no que toca à constitucionalidade da Taxa de Limpeza Pública, a qual pode ser cobrada pelo Município.

Desta forma, **voto pelo conhecimento e provimento parcial do recurso**, para dar parcial provimento ao apelo da CELPE, reformando a sentença monocrática, para reconhecer a imunidade tributária em relação ao IPTU cobrado pelo Município do Recife, concedendo direito à repetição dos valores pagos indevidamente.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator